



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

Programa da Unidade Curricular
CONTENCIOSO DO PODER PÚBLICO

Ano Lectivo 2026/2027

1. Unidade Orgânica

Faculdade de Direito

2. Curso

DIREITO

3. Ciclo

1º

4. Unidade Curricular

CONTENCIOSO DO PODER PÚBLICO (02332)

5. Área Científica

6. Ano Curricular

4º

7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre

1º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	30,00
Aulas Práticas:	15,00
Aulas Teórico-Práticas:	
Orientação Tutorial:	20,00

9. Créditos ECTS

6,00

10. Coordenador da Área Científica

11. Regente

Prof. Doutor MARCO RAFAEL FERNANDES CALDEIRA

12. Assistentes

Dr. JOSE GONÇALO DE AREIA CAPITÃO, Dr^a SILVIA MARIA GALVÃO TELLES FRANCO
PULIDO PEREIRA

13. Língua de Ensino

Português

14. Objetivos Gerais

Compreensão geral do contencioso dos poderes públicos internos, sobretudo constitucional e administrativo, de forma a alargar o conhecimento para além dos tradicionais processos civil e penal, complementando o conhecimento do direito adjetivo português, na área do direito público.

15. Objetivos Específicos

Compreensão teórico-prática da justiça constitucional e do contencioso administrativo, com destaque para a fiscalização concreta da constitucionalidade e dos múltiplos meios de tutela judicial efectiva dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

16. Competências a adquirir

Capacidade de utilização dos termos técnicos próprios dos meios processuais. Capacidade de interpretação e aplicação da legislação processual e de compreensão da respectiva jurisprudência, numa área de direito público complementar das competências adquiridas nas respectivas disciplinas substantivas.

17. Metodologia de Ensino



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

O ensino será desenvolvido numa vertente teórica nas aulas plenárias, envolvendo a explanação pelos regentes dos aspetos essenciais das matérias incluídas no programa e numa vertente tutorial e prática, em aulas de subturma, envolvendo:

- análise e interpretação dos diplomas legais selecionados;
- resolução de casos práticos;
- análise e comentário de decisões do Tribunal Constitucional e dos tribunais administrativos.

18. Conteúdos Programáticos

Parte I

1. Introdução

Parte II

A Justiça Constitucional

1. Os processos de controlo da constitucionalidade.
2. Em especial, a fiscalização concreta da constitucionalidade.
3. A fiscalização da legalidade.

Parte III

A Justiça Administrativa

1. O âmbito da jurisdição administrativa.
2. A organização dos tribunais administrativos.
3. O processo nos tribunais administrativos.
 - 3.1. Princípios de direito processual administrativo.
 - 3.2. Pressupostos processuais gerais.
 - 3.3. Valor e formas de processo.
4. Os meios processuais administrativos principais.
 - 4.1. Impugnação de actos administrativos.
 - 4.2. Condenação à prática de acto devido e à não emissão de actos administrativos.
 - 4.3. Impugnação de normas administrativas e condenação à sua emissão.
 - 4.4. Reconhecimento de situações jurídicas subjectivas.
 - 4.5. Condenação à adopção ou abstenção de comportamentos pela Administração ou pelos particulares.
 - 4.6. Responsabilidade civil extracontratual das entidades públicas.
 - 4.7. Interpretação, validade e execução de contratos.
 - 4.8. Enriquecimento sem causa.
 - 4.9. Relações jurídicas entre entidades administrativas.
 - 4.10. Relações jurídicas entre particulares.
5. A marcha do processo.
6. Os processos (principais) urgentes.
7. Os processos cautelares.
8. Os recursos jurisdicionais.
9. O processo executivo.
10. A arbitragem e a mediação.



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

19. Métodos de Avaliação

A avaliação contínua é efetuada através da realização de dois testes escritos, intervenções orais, relatórios de visitas de estudo a tribunais, através dos quais se avaliará as diversas vertentes dos conhecimentos adquiridos e aplicados.

20. Recursos Didáticos

Recursos Biblioteca.

Recursos Mediateca.

Recursos multimédia (Internet) disponível em sala de aula para análise de jurisprudência disponível nos respectivos sítios dos tribunais.

21. Objetivos de Sustentabilidade

Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, promover uma cultura de aplicação do Estado de Direito através do princípio da tutela jurisdicional efectiva dos direitos dos cidadãos, que implica o acesso ao Direito, o conhecimento do direito e os meios processuais de obter justiça.

22. Palavras Chave

Justiça Constitucional e Administrativa

Contencioso constitucional

Contencioso administrativo



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

23. Bibliografia Principal

Autor(es): Vários
Título: Comentários à Legislação Processual Administrativa
Edição: 6 Ano: 2024
Local: Lisboa
Editora: AAFDL Editora
Codigo ISBN: 9789726299530

Autor(es): Almeida, Mário Aroso de
Título: Manual de Processo Administrativo
Edição: 9 Ano: 2025
Local: Coimbra
Editora: Almedina
Codigo ISBN: 9789894029434

Autor(es): Andrade, José Carlos Vieira de
Título: A Justiça Administrativa (Lições)
Edição: 20 Ano: 2025
Local: Coimbra
Editora: Almedina
Codigo ISBN: 9789894027942

24. Bibliografia Complementar

Autor(es): Miranda, Jorge
Título: Fiscalização da Constitucionalidade
Edição: 2 Ano: 2022
Local: Coimbra
Editora: Almedina
Codigo ISBN: 9789894001201

Autor(es): Moniz, Ana Raquel Gonçalves
Título: Introdução à Justiça Constitucional
Edição: 1 Ano: 2021
Local: Coimbra
Editora: Almedina
Codigo ISBN: 9789724091853



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

Ficha técnica MIP / MIP Datasheet	
Título / Title	Programa da unidade curricular 'CONTENCIOSO DO PODER PÚBLICO': Ano Lectivo 2026/2027
Autor / Author	Prof. Doutor MARCO RAFAEL FERNANDES CALDEIRA
Classificação / Classification	-
Descritores / Descriptors	-
Colaborador(es) / Colaborator(s)	-
Data Hora / Date Time	24/06/2026 13:11:00
Formato de dados / Data Format	Texto / Text, PDF
Estatuto de utilização / Usage	Acesso público / Public Access
Relação / Relation	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada, 2026	